

# A Constituição ou o caos

JOÃO GILBERTO LUCAS COELHO

73  
Há quem diga que uma das raízes dos problemas graves da conjuntura é aquele quadro de dom Pedro 1º que ornamenta uma estratégica parede do Palácio do Planalto. O atual hóspede e seus maus conselheiros costumam olhar demais para a tela, cada vez que falam sobre a Constituinte, e vem a tentação de imitar o ato de um século e meio antes.

Dom Pedro, ao instalar a Assembléia Constituinte primeira do Brasil, disparou-lhe o crucial morteiro de que esperava uma Constituição digna do Brasil e dele próprio, com a mesma altivez imperial com que a dissolveu mais tarde, coincidentemente após tensos debates dos quais participavam cidadãos admitidos a levar sugestões... É sempre bom recordar a história por inteiro — o soberano moderno deveria ter presente que Pedro 1º deixou o Brasil, abdicando ao trono debaixo de forte oposição popular e, dele, não guardamos tão boas recordações.

O mal do Brasil é um pouco esse. A República não tem produzido presidentes e sim monarcas. Talvez o de hoje gostaria de outorgar uma Constituição sua e se Benjamin Constant — não o nosso, mas o francês — fosse vivo, teríamos outra Carta inspirada nas idéias dele, como aconteceu em 1824.

Na verdade, não existem nos altos escalões da República, na sua burocracia civil e militar, nos conselheiros palacianos, muitas pessoas que realmente saibam conviver com um poder político-representativo e estejam preparadas para aceitar o papel do Congresso no processo decisório. O governo atual não sabe viver sem decretos-leis e deles tem abusado; não acata decisões congressuais; não tem a convicção democrática necessária para um regime constitucional.

É só a gente reler as várias falas do trono, de um ano para cá proferidas, sempre com ênfase para o centralismo, o poder absoluto, o desdém para com o Legislativo e a vontade popular.

Entretanto, os problemas não se concentram apenas ali.

Muitos outros setores que normalmente praticavam a oratória da descentralização, da repartição de rendas e outras unanimidades nacionais, na hora de praticá-las tornam-se ferozes defensores de tudo o que representa exatamente o contrário do discurso. Ou seja: ninguém cede.

Cresce, até em segmentos ditos progressistas, a falsa confusão de que a nação é uma "empresa". Os que limitam a complexidade psicossocial, histórica, cultural, ética, religiosa e política de uma nacionalidade aos estreitos conceitos empresariais, foram responsáveis, em outras plagas, com sua incompetência ao interpretar fatos sociais, pelo surgimento de revoluções, dos fanatismos religiosos do Islã e tantos outros impactos. Compreender uma nação na sua amplitude, para além de dados contábeis e noções de administração de empresa, é um ingrediente fundamental que está faltando na "modernidade" brasileira e pode nos conduzir a traumáticas experiências.

Por outro lado, correntes de esquerda continuam na postura perigosa de desafiar para lutas em campos onde não possuem potencialidades e condições ou teimam em querer que a democracia aconteça para eles também, mas, sem nenhum compromisso de sua parte.

Dizer que uma corrente progressista pode simplesmente rejeitar a Constituição, não subscrevê-la ou aceitá-la e continuar a participar pela via legal e democrática, é

entregar nas mãos dos autoritários do outro lado um explosivo instrumento. Se um candidato presidencial de esquerda não assina a Constituição, bem que justificaria o atual soberano ou alguns de seus estrelados coadjuvantes a também não jurarem a Constituição. Quais seriam as consequências?

Recordo que às vésperas de 1964 vozes vociferavam ameaças aos poderosos, como se a revolução popular estivesse em processo e tivessem as armas e os meios para cruciais batalhas. Veio o golpe e os militares vasculharam as casas e sítios de simplórios cidadãos membros de grupos dos 11 e outras iniciativas, à busca das armas que não existiam. Novamente hoje, alguns grupos de vanguarda convidam, em nome dos mais fracos, para o duelo segundo a lei das selvas — exatamente a dos mais fortes.

Em julho de 1963, após um congresso de estudantes, cantei junto com companheiros, no embalo de "Jingles Bells", uma letra do CPC da UNE que dizia — "Sabãozinho, sabãozinho de burguês gordinho; toda a vil reação vai virar sabão..." Hoje não teria o mau gosto de desejar ver transformado em sabão algum adversário; mas, e autocritica faz bem, devo registrar que quem quase virou sabão fomos todos nós. Quantos companheiros, infelizmente, morreram nas mãos de uma virulenta repressão! A história ensinou com dor que, independente de aceitar ou não a violência, apelar para ela quando se está mais fraco é, no mínimo, uma burrice muito cara.

Rejeitar a Constituição, é assumir o vale-tudo. Numa resistência a governos totalitários ou excepcionais isto é compreensível. Numa ordem democrático-liberal, sem a convicção das massas, costuma

conduzir ao isolamento anti-social das brigadas vermelhas italianas.

A proposta de Constituição parece muito tímida para as forças populares. Muito longe estará de negar o capitalismo e a democracia liberal. Todavia, mexe fundo em poderes e privilégios. O que se nota é uma resistência, dos que serão atingidos, em ceder qualquer milímetro de seus impérios políticos ou econômicos. Eles possuem muita força na realidade brasileira. E se intentarem anular a Constituição, impedir sua promulgação ou vigência, haverá base social para lutar por ela? Se não existir, a responsabilidade tem de ser compartilhada por aqueles que fizeram coro de sua negação, em nome de ideais que estão no horizonte ou por receio burguês de sujar as mãos no possível e no realizável.

É hora de resistência e mobilização democráticas. De consciência em todos os segmentos da nação. Ou chegamos à Constituição ou repetiremos o drama do retrocesso. Não será nenhum sonho de revolução popular, mas, não pensem os donatários de privilégios que também para eles não sobrarão pesados custos.

Desse filme já participei. Não gostaria, sequer, de assisti-lo outra vez. Espero um acesso de razão e democracia. Definam-se regras para a disputa do poder. Garantam-se bases democráticas e participativas. Respeitem-se resultados. Cresça a cidadania e a organização. A nova Constituição é porta aberta para isto e, exatamente por tal, tão temida por alguns e, pena, incompreendida por outros.

JOÃO GILBERTO LUCAS COELHO, 42, membro do PSDB, foi deputado federal pelo PMDB-RS e presidente da Fundação Pedro Horita; é diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília (UnB).